

Os Arquivos do Barão: por uma história social do Arquivo Histórico do Itamaraty no Rio de Janeiro (1808-1959)

The Baron's Archives: towards a social history of the Itamaraty Historical Archive in Rio de Janeiro (1808-1959)

Frederico Antonio Ferreira

Arquivo Histórico do Itamaraty, Brasil

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-4789-6057>

E-mail: arquivistafred@gmail.com

Recepción: 06.02.2024

Aprobación: 30.04.2024



Resumo: O artigo busca analisar a produção, recepção e acumulação de documentos arquivísticos pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil, assim como de seus órgãos antecessores, entre os séculos XVIII a XX e as diferentes formas de utilização destes neste período. Sob uma perspectiva crítica acerca da função dos documentos para a estruturação do Estado-Nacional e analisando registros do próprio Itamaraty, procura-se entender a formação do acervo sob três perspectivas, como insumo estratégico para a resolução de litígios internacionais, como elemento de memória institucional e como parte do patrimônio arquivístico nacional.

Palavras-chaves: Documentos, Arquivos, Estratégia, Memória, Patrimônio

Abstract: Article seeks to analyze the production, reception and accumulation of archival documents by the Brazilian Ministry of Foreign Affairs, as well as its predecessor bodies, between the 18th and 20th centuries and the different ways they were used in this period. From a critical perspective on the function of documents for structuring the National State and analyzing records from Itamaraty itself, we seek to understand the formation of the collection from three perspectives, as a strategic input for the resolution of international disputes, as an element of institutional memory and as part of the national archival heritage.

Keywords: Documents, Archives, Strategy, Memory, Heritage.

A DIPLOMACIA E OS DOCUMENTOS

Uma década depois do término da Conferência de Berlim (1884-1885), o navio de guerra britânico *Barracouta* toma posse da ilha de Trindade em nome da Companhia das Índias Ocidentais britânicas. Situada a 1.167 km da costa brasileira, a ilha faz parte do arquipélago de Trindade e Martins Vaz. De terreno íngreme e litoral escarpado, despertou pouco interesse nos exploradores espanhóis, portugueses e britânicos que por ali passaram desde o século XVI. A marinha britânica ocupou secretamente a ilha em janeiro de 1895 e tinha por intenção fazer dela um ponto de apoio para a instalação de cabos submarinos de telégrafo (Arraes, 2002). A notícia só se torna pública por meio de um jornal da comunidade inglesa no Rio de Janeiro em junho daquele mesmo ano (Garcia, 2005). Em meio aos esforços da Secretaria de Estado do Brasil em reunir elementos que garantissem a posse legítima da ilha, os agentes brasileiros envolvidos perceberam as dificuldades em se recuperar as informações contidas nos acervos do Ministério das Relações Exteriores sobre o tema, sua desorganização e falta de recursos materiais e humanos para tanto.

O enfrentamento da maior potência imperialista da época exigiu que o governo republicano, instalado no poder há apenas seis anos, empregasse o melhor de seus esforços na defesa de sua posse de direito e de fato. Diante da precariedade das instituições de guarda de documentos da chancelaria brasileira, valeu-se dos registros da Biblioteca Nacional e do então Arquivo Público Nacional – Arquivo Nacional – para o fornecimento de dados e informações que endossassem o posicionamento brasileiro (Kämpf, 2016). Este episódio serve para demonstrar a importância e o significado tanto estratégico como simbólico que os acervos documentais tiveram na construção do próprio território brasileiro quanto em suas relações internacionais.

Este artigo busca compreender como que a criação, manutenção e expansão dos acervos documentais do Ministério das Relações Exteriores influenciou na condução da política externa brasileira entre os séculos XIX e XX, de modo a ser entendida – em um primeiro momento – como um recurso estratégico na condução das delicadas questões internacionais do período, – e posteriormente – como elemento-chave na construção da memória institucional e como patrimônio arquivístico nacional.

Considerando como arquivo o conjunto de documentos produzidos, recebidos ou mesmo acumulados por uma dada entidade no exercício de suas funções, serão considerados o conjunto de registros pertencentes ao Ministério das

Relações Exteriores e seus antecessores desde a instalação da sede da Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra do Reino de Portugal no Rio de Janeiro em 1810 até a transferência oficial do Ministério das Relações Exteriores para Brasília – Distrito Federal – na década de 1970. A existência de acervos documentais no Itamaraty está intrinsecamente ligada a própria lógica de construção do Estado-Nacional como consumidor e gerador de dados e informações.

Uma vez que o Estado Nacional Moderno exerce seu poder sobre um determinado território, ele necessita captar e sistematizar dados e informações ao mesmo tempo que gera uma série de outros. Elas são registradas de forma oficial e padronizada. Desta forma são gerados os documentos e todas os demais instrumentos de acumulação de conhecimentos. Assim, o Estado codifica e unifica de forma cognoscível a análise da realidade, elaborada por seus agentes, e as dissemina como forma de normatizar essa mesma realidade (Bourdieu, 2011). Os Arquivos são apenas um dos aspectos desta objetivação. Ele armazena, sistematiza e disponibiliza dados e informações do Estado (Jardim, 1999). O mesmo ocorre com a política externa.

As diferentes representações no exterior, assim como a sede da chancelaria, no exercício das relações internacionais emitem, recebem e armazenam uma série de dados e informações registradas em documentos. Ao mesmo tempo que são resultados, ainda que acidental, do exercício de suas funções, são subsídios para decisões futuras. Mais que uma realidade específica e atual, esse processo é secular e teve diferentes faces no decorrer de sua trajetória.

UM IMPÉRIO EM DOIS CONTINENTES: OS ARQUIVOS NA DIPLOMACIA PORTUGUESA E SUA IMPORTÂNCIA NA DEFINIÇÃO DAS FRONTEIRAS DA AMÉRICA

Podemos considerar que o início da trajetória dos acervos que viria a gerar o Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores brasileiro remontam antiga Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra do Reino de Portugal. Criado pelo alvará régio de D. João V em 1736. Sua instituição fazia parte de um conjunto de mudanças políticas e administrativas empreendidas pelo governo português no sentido de ampliar a presença do reino português junto as cortes da Europa no Século das Luzes. Apesar de várias mudanças ocorridas na estrutura do órgão, ele manteve suas funções básicas relacionadas à política exterior e a guerra entre os séculos XVIII e início do XIX (Gabler, 2013).

Enquanto no exercício da gestão das representações lusitanas na Europa acumulou-se uma série de documentos ligados às embaixadas e consulados em importantes cortes europeias como Londres, Paris, Madrid e mesmo São Petersburgo. Além disso, custodiava também registros relacionados aos contatos com outros impérios coloniais e a questões de limites tanto do reino de Portugal quanto de suas possessões espalhadas pelo mundo (Fundação Alexandre de Gusmão, 2021).

Questões envolvendo a definição de limites nas possessões portuguesas na América remontam ao início da ocupação europeia na América e a utilização de mapas, livros e documentos era um elemento recorrente na solução de litígios quanto ao estabelecimento de limites. Desde a Era dos Descobrimentos (séculos XIV-XV), a elaboração e guarda de mapas, cartas náuticas e portulanos era um assunto de Estado em Portugal. Na resolução de questões de limites entre o império colonial português e francês em 1713 e espanhol em 1750, a utilização de mapas, atlas, registros de viajantes e mesmo de mineiros foi determinante na ampliação e consolidação da América Portuguesa (Ferreira, 2007).

Com a Revolução Francesa de 1789 e a expansão do império napoleônico sobre a Península Ibérica, a corte portuguesa se transfere para sua colônia na América. Esse deslocamento acarretou uma série de transformações tanto na metrópole quanto no império colonial (Schwarcz, 2002). As secretarias de Estado, as representações diplomáticas, os órgãos relacionados à administração das colônias e, conseqüentemente, a própria Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra passaram a ter sua sede na cidade do Rio de Janeiro (Wilcken, 2005)

Essa experiência de transferir a centralidade do poder metropolitano, ao mesmo tempo que reforçou os vínculos já existentes das colônias na África e Ásia à América (Rodrigues, 1964), vinculou as diversas capitanias americanas à cidade do Rio de Janeiro (Costa, 1990). Isto fez da antiga cidade colonial a capital de um império com possessões em quatro continentes. Somando-se a isso, o estabelecimento da Secretaria dos Estrangeiros na América e o estabelecimento das representações estrangeiras construíram as bases do que hoje é o próprio serviço exterior brasileiro (Cheibud, 1984).

Para o desempenho das funções típicas do serviço exterior houve a necessidade de se trazer os arquivos correntes da chancelaria portuguesa para próximo aos formuladores da política externa. O Conde de Linhares – D. Rodrigo de Sousa Coutinho (1755-1812) – secretário de estado dos negócios estrangeiros do então regente D. João, determinou o envio dos acervos para o Rio de Janeiro. Eram aproximadamente 34 caixas (Farias, 2018). A documentação vinda de Lisboa continha, correspondência da chancelaria com as missões diplomáticas portu-

guesas no exterior (Conduru, 2013), cartas de membros da família real portuguesa com outras cortes da Europa, documentos relativos a tratados e acordos internacionais e correspondências das capitanias da América Portuguesa com a antiga metrópole na Europa (Ministério das Relações Exteriores, 2004). Este conjunto de documentos formou, ainda que precariamente, um Arquivo Diplomático.

Assim, pode-se considerar que a utilização de documentos pela diplomacia, ao mesmo tempo que serviu como subsídio informacional para o processo de tomada de decisões, significou um diferencial na construção e legitimação da posse de vastas áreas. Mapas, atlas, estudos e relatos de viagens foram fonte de informação na construção do império colonial português na América e, ao mesmo tempo, um recurso estratégico para a condução da política externa portuguesa, principalmente enquanto sediado no Rio de Janeiro. Para além de tudo isso, todo o conjunto de documentos diplomáticos advindos da Europa, produzidos na América ou mesmo acumulado como suporte ao processo de tomada de decisão, serviram de base para a construção do serviço exterior do futuro império do Brasil.

OS ARQUIVOS DO IMPÉRIO: IMPORTÂNCIA DOS DOCUMENTOS DIPLOMÁTICOS PARA A CONSOLIDAÇÃO DA MONARQUIA BRASILEIRA

A criação e reconhecimento do Estado, sob a forma do Império do Brasil, e nas dimensões territoriais as quais ele se representava, teve na documentação um recurso importante. As fronteiras estabelecidas nos mapas coloniais seriam, como que o resultado de um processo de criação de legitimidade, onde os limites da nova pátria remeteriam, histórica e culturalmente, a delimitação de um espaço naturalmente pré-existente. (Magnoli, 1997). Por outro lado, que atos próprios de política externa foram importantes tanto no reconhecimento da monarquia sul-americana quanto para a legitimação interna de D. Pedro I (Kappaun, 2011).

Vencida a invasão francesa em 1809 e diante da intimidação que a Revolução do Porto de 1820 representava para o Absolutismo português, a família real e seu séquito retornou à Lisboa em 1821 (Fausto, 2012). As colônias na América, agora sob o novo status de Reino Unido, passaram a ser governadas pelo príncipe herdeiro – D. Pedro de Alcântara. Com eles, os órgãos do Estado português também deveriam retornar à Europa. Todavia, parte das estruturas construídas no Brasil manteve-se, incluindo a da Secretaria dos Negócios Estrangeiros (Conduru, 2013).

O governo de D. Pedro, como regente do Brasil, manteve contato com os rebeldes do Vice-Reino do Prata, com o governo autônomo dos Estados Unidos

e mesmo com as monarquias restauradas da Europa (Cheibud, 1984). A Carta às Nações Amigas de agosto de 1822, expressa a relevância do tema. Além disso, diversas representações estrangeiras permaneceram no Rio de Janeiro (Varnhagen, 2019). Toda essa relação gerou registros documentais que se agregavam aos arquivos da Secretaria dos Negócios Estrangeiros instalada no Rio de Janeiro.

Com o processo de independência e o estabelecimento do regime monárquico, houve a institucionalização de um sistema administrativo, que em muito se assemelhava a estrutura e ao *modus operandi* da administração colonial portuguesa (Carvalho, 2008). Institucionalmente, a Secretaria dos Negócios Estrangeiros do Império do Brasil foi criada pelo Decreto de 13 de novembro de 1823, com as atribuições já desempenhadas por seu antecessor lusitano. Dentre estas atribuições ela deveria gerenciar os acervos produzidos, recebidos ou acumulados pela secretaria desde o período joanino (Seckinger, 1978). Com o estabelecimento do tratado de reconhecimento a independência do Brasil em 1825, o governo português passou a solicitar a devolução de parte dos acervos trazidos durante o período de permanência da corte no Brasil (Conduru, 2013).

Nestes primeiros anos após a emancipação política o governo imperial voltou-se para obter o reconhecimento da nova nacionalidade. Além disso, deveria agora nomear e prover um numeroso corpo diplomático no estrangeiro (Gabler, 2013). Este pequeno exército de cônsules, chefes de legação e ministros residentes mantinham um fluxo constante de documentos. Esse aumento acabou por levar o ministro das relações exteriores da época, o Marquês de Aracaty (1776-1834), a buscar meios de gerenciar melhor os acervos da Secretaria (Lázaro, 2000).

Após a abdicação do primeiro imperador do Brasil em 1831, instalou-se a Regência. Com ela explode pelo país uma série de revoltas que põe dúvida à unidade nacional. Em meio a esse clima de agitação, as debilidades quanto à definição das fronteiras do país vem à tona. Tanto na bacia amazônica quanto na bacia Platina os limites do Império com seus vizinhos sul-americanos são questionados.

De modo a fazer frente a tais investidas, são realizados os primeiros movimentos no sentido de se recuperar registros documentais que contribuíssem para a defesa dos limites do império. A Secretaria dos Negócios Estrangeiros instruiu as legações em Lisboa, Madrid, Londres, Paris, Haia e Buenos Aires para que se empenhassem em adquirir – pelos meios que fossem possíveis – quaisquer documentos que fornecessem informações relevantes quanto aos limites do Brasil (Adonias, 1984).

A ideia de se justificar as fronteiras nacionais como sendo uma derivação dos limites criados entre os domínios ibéricos na América do Sul tinha na documentação um subsídio poderoso. Havia especial interesse por questões envolvendo as definições do limite entre Portugal e França no Tratado de Utrecht de 1713; entre Portugal e a Espanha, quanto aos Tratados de Madrid de 1750, Santo Idelfonso em 1777 e de Badajoz em 1801 (Adonias, 1984). Esse aumento da ação de captação de registros documentais no exterior e a intensificação da ação diplomática aumentava os acervos da Secretaria dos Estrangeiros.

Em 1838, o Secretário de Estados dos Negócios Estrangeiros, o Barão de Itamaracá (1804-1868) institui uma unidade de informação que atendesse a crescente demanda do ministério. Institucionalizou-se o Arquivo como unidade administrativa. Segundo seu postulado ela seria o local “onde se depositem os documentos, peças oficiais, e mais elementos que sirvam a constituir uma série de fatos tão necessários à História Geral do nosso país, como mesmo à nossa História Diplomática” (Lázaro, 2000, 45).

A iniciativa de se criar um arquivo organizado visava criar condições de controlar e facilitar o acesso aos dados e informações registradas nos documentos. Reuni-los e ordená-los permitiria uma gestão integrada e um acesso mais rápido e facilitado ao conjunto de conhecimentos teóricos e práticos acumulados pela chancelaria brasileira. Isto possibilitaria que estas fossem utilizadas como subsídio na tomada de decisões políticas assim como um instrumento no exercício das relações exteriores.

Em 1848, o Visconde de Abaeté (1789-1883) definia o arquivo como sendo “o principal elemento para todas as informações que se exigem da Secretaria de Estado” (Lázaro, 2000, 43). Dentro desta lógica, enquanto se coletava, armazenava e disponibilizava dados e informações originadas de registros arquivísticos, ganhava-se cada vez mais experiência na condução de questões de limites. Acumulavam-se conhecimentos acerca dos desafios práticos que envolviam as negociações com países limítrofes ou potências europeias. Todo este conjunto de conhecimentos acumulados e suas práticas acabaram servindo de modo bastante útil para o enfrentamento das questões que se abateriam sobre o país no século XX.

COMO UM ARSENAL: OS DOCUMENTOS NA DEFESA DO TERRITÓRIO CONTRA O IMPERIALISMO

As mudanças no final do século XIX significaram um rompimento da estrutura tradicional da Secretaria de Estado e inauguraram um longo período de transição e instabilidade (Cheibud, 1984). Em novembro de 1889 a queda da monarquia acarretou uma série de transformações na administração pública brasileira. Em 1890, a Secretaria foi transformada em Ministério das Relações Exteriores (Castro, 2009), porém as transformações vão muito além da simples mudança de nome. Com ela veio um processo de substituição de personalidades ligadas à monarquia por outros mais afinados com o novo governo (Carvalho, 1990) e, no caso do arquivo da instituição, um significativo desmonte das estruturas pré-existentes.

O Arquivo enquanto unidade administrativa, que tanto demorou para se organizar, foi extinta, tendo parte de suas atribuições incorporadas a chamada Seção Central (Glaber, 2013). Esta unidade acumularia as atividades de administração da área-meio de todo o ministério assim como centralizaria a análise das questões políticas e de contenciosos internacionais (Castro, 2009). Ainda assim o acervo seguia crescendo e suas demandas eram constantes. O que leva a sua restauração alguns anos depois (Ministério das Relações Exteriores, 1904).

Em julho de 1897, governo de Prudente de Moraes cedeu o Palácio Itamaraty, então sede da presidência, para o Ministério das Relações Exteriores. A transferência dos arquivos para a nova sede foi feita lenta e gradualmente, todo este processo terminou apenas em 1899 (Sousa-Leão, 1942). Os registros documentais, inicialmente, foram colocados nos subsolos do Palácio Itamaraty (Ministério, 1928). Queixas quanto à precariedade, foram descritas nos relatórios ministeriais entre 1897 e 1902. (Ministério, 1897; Ministério, 1902). Contudo, para além dos aspectos relacionados as boas práticas administrativas, os efeitos desta incúria ficariam ainda mais evidentes como quanto a Questão da Posse das ilhas de Trindade e Martins Vaz, narradas no início deste artigo (Kämpf, 2016).

No entanto, episódios como da Ilha de Trindade não foram fatos isolados. As disputas de territórios entre o Brasil e outros países, que estavam inconclusas desde o período monárquico, se tornavam mais frequentes. Questionamentos quanto as fronteiras com a Guiana Francesa e Britânica podem ser entendidos dentro da dinâmica da política internacional vigente no neocolonialista (Kämpf, 2016). De modo a fazer frente a esta ameaça tão candente, o Barão do Rio Branco

(1845-1812), contando com a ajuda de diversos outros pesquisadores, providenciou que se obtivesse uma série de documentos em arquivos e bibliotecas na Espanha, França, Grã-Bretanha e Portugal.

Porém, em todos estes casos, a argumentação da diplomacia brasileira se valeu de documentos de valor histórico que comprovassem ou testemunhassem a legitimidade da proposição brasileira (Paranhos Júnior, 2012a; Paranhos Júnior, 2012b). Assim como muitos de seus antecessores, o serviço exterior brasileiro buscou reunir evidências que corroborassem com seus posicionamentos e produzissem argumentos persuasivos que pudessem fazer frente a potências diplomaticamente mais maduras, militarmente superiores e economicamente mais poderosas (Santos, 2018). Assim, as disputas com a Argentina e com a França – ambas em 1895 – e com a Grã-Bretanha em 1904 tiveram no uso dos documentos um meio importante para provar a legitimidade dos argumentos brasileiros.

Antes de meras negociações burocráticas, estes episódios demonstravam um contexto internacional agressivo marcado pelas disputas entre potências neocolonialistas. Era o lento ocaso da Era dos Impérios e o prenúncio da escalada de tensão que levaria a I Guerra Mundial (1914-1917) (Bueno, 2012). A desafiadora realidade internacional durante o auge do neocolonialismo exigia tanto a habilidade de negociação do serviço exterior brasileiro quanto o entendimento, domínio e gerenciamento efetivo dos recursos informacionais disponíveis em seus acervos.

Durante a Gestão do Barão do Rio Branco, entre 1902 e 1912, houve um grande esforço no sentido de reformular as atividades das unidades de informação do Ministério, especialmente os arquivos. Ele descrevia sua percepção acerca do tema da seguinte forma:

(...) restabelecer a secção do Archivo dando-lhe o desenvolvimento necessário, porque esse seja o arsenal em que o Ministro e os empregados inteligentes e habitados encontrarão as armas de discussão e combate (...) (Arquivo Histórico do Itamaraty: 811/1)

No contexto apresentado, a informação arquivística era entendida como um recurso estratégico que exige tanta atenção, cuidado e investimento quanto áreas que se dedicam a gestão financeira, patrimonial ou mesmo de pessoal. Durante sua gestão eram claras as preocupações com a preservação e conservação dos documentos, com a elaboração de instrumentos de busca e recuperação da informação e com o uso estratégico das informações exaradas dos documentos. Em carta enviada ao presidente Rodrigues Alves na qual ele expunha suas pro-

postas de reforma, grande parte das medidas se voltam às mudanças nos arquivos e bibliotecas do Itamaraty. Ele afirma:

Entre estes figuram os que competem ao Archivo, os quaes, pela sua diversidade e importância, exigem pelo menos uns seis empregados que os mantenham sempre em dia. Não basta ter em depósito livros e papeis: é preciso pessoal habilitado que d'elles cuide e os possa defender contra os estragos do tempo, da traça e do cupim; que se ocupe do catálogo, da organização, de índices, aquisição de documentos e que saiba tirar partido de todo esse material para as necessidades do serviço nas outras secções. (Relatório, 1904, 83).

A formulação da estrutura do ministério, especialmente dos setores relacionados a gestão da informação documental, seria de fundamental importância dentro dos planos do Barão do Rio Branco. Se por um lado havia o desconhecimento dos métodos mais modernos da Disciplina Arquivística, havia a consciência do valor da informação quanto elemento estratégico. As informações produzidas, recebidas ou acumuladas pelas representações brasileiras no estrangeiro serviam de subsídio para a decisão e ainda possibilitavam a identificação de oportunidades e ameaças, detectavam tendências e permitiam aos formuladores de política estarem devidamente informados sobre o cenário internacional.

Na busca por uma solução urgente, o Barão requisita ao chefe da Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional o início da organização dos conjuntos documentais arquivísticos (Castro, 2009). Diante das características da documentação do Itamaraty, Jansen do Paço instituiu o sistema de arquivamento que mesclava método geográfico com o cronológico. Ante a demanda crescente em outras áreas do ministério, a organização do acervo arquivístico não foi concluída (Arquivo Histórico do Itamaraty: 843/1).

Dentro do contexto das obras levadas à cabo pelo Barão do Rio Branco no Palácio Itamaraty foram erigidos dois novos prédios, ambos projetados pelo arquiteto italiano Tommaso Bezzi (1844-1915). Autor de edifícios como o Museu do Ipiranga em São Paulo e do Clube Naval na região central do Rio de Janeiro, foi responsável, em 1906, pelo projeto de um pavilhão destinado a abrigar os acervos documentais do ministério (Sousa-Leão, 1942; Conduru, 2013). Em 1908, ele também desenhou outro edifício na ala esquerda do jardim do Palácio – edifício existente até o presente. (Conduru, 2013). Ambos os edifícios bem ao gosto da *Belle Époque* carioca da época. (Carvalho, 1995; Barroso, 1968; Almeida, 1998; Arquivo Histórico do Itamaraty: L201 M3.491).

Rio Branco não sobreviveu ao término das obras do novo prédio para o Arquivo. A grandiosidade das mudanças iniciadas e o padrão de qualidade implantado por ele em muito diferiam da vacilante estrutura dos demais órgãos da

República Velha. Na década seguinte, os acervos arquivísticos do Ministério das Relações Exteriores estavam longe de alcançarem os parâmetros propostos na carta de Rio Branco. Porém, com os métodos de trabalho implantados por ele se consolidaram. Parte importante deste processo está relacionado ao exame da documentação antecedente, o arrolamento de mapas e livros e o escrutínio de todas as fontes possíveis, práticas estas que serão utilizadas em diversas outras ocasiões após sua gestão. Este procedimento do Ministério tem como resultado acidental a manutenção da memória, seja institucional ou nacional, e a proteção de uma parte importantíssima do patrimônio arquivístico nacional (Almeida, 1988).

A MEMÓRIA MONUMENTALIZADA

Resolvidas as principais questões de fronteira entre o Brasil e seus vizinhos sul-americanos e cessadas as ameaças das potências neocoloniais ao território, grande parte do acervo histórico obtido até ali passa a ganhar uma nova significação. Diminui sua utilização imediata e eles passam a ser relevantes por seu valor informativo, probatório (Couture & Rousseau, 1998). Elementos de cultura material de grande valor histórico, artístico e cultural. Contudo, isso não impediu que fossem alvo da incúria da ação do tempo.

Este aumento de relevância do uso das informações arquivísticas, contudo, não garantiu a mesma atenção aos acervos que aquela dada pelo Barão do Rio Branco. Nos anos que se seguiram a sua morte, em 1912, os problemas já existentes nos depósitos de documentos se agravaram (Ministério das Relações Exteriores, 1930). Frente a isso, já durante a I Guerra Mundial, uma nova reforma regimental altera o organograma da Secretaria de Estado. A Reforma Nilo Peçanha (1917-1918), fez com que a unidade organizacional responsável pela gestão dos arquivos fosse absorvida pela Diretoria Geral de Contabilidade e Administração (Decreto n.º 12.997).

A necessidade de apreciação das questões exigia acesso rápido e tempestivo aos dados. Neste sentido, o exame dos documentos prévios acerca do tema ganhava força (Almeida, 1998). Para além dos registros organizados por localidade e data, ampliou-se a classificação por assunto organizados em *Thesaurus* (Almeida, 1998) e o recolhimento de documentos das representações brasileiras no exterior foi ampliado (Lázaro, 2000).

Durante o governo de Washington Luís (1926-1930), último presidente da República Velha, e sob a gestão do Ministro Octávio Mangabeira (1926-1930), uma série de reformas institucionais foram implementadas de modo a melhorar

a gestão não só do Arquivo mais de todo o Ministério. A organização dos serviços de comunicação, intensificação do uso da datilografia, melhorias na emissão de passaportes, são um exemplo da amplitude das mudanças empreendidas em sua gestão (Cheibud, 1985). Em meio a todos os esforços concebeu-se a ideia de que todos os acervos documentais pudessem ser centralizados em um único edifício (Sousa-Leão, 1942).

O antigo edifício projetado por Bezzi, em 1906, para abrigar os documentos já apresentava sinais de degradação e havia acervos armazenados em diferentes pontos do ministério (Conduru, 2013). Mesmo em meio ao conturbado cenário do final da República Velha, o Ministro Octávio Mangabeira obtém, em 1926, autorização junto ao Congresso Nacional para erigir um novo prédio adequado às necessidades do serviço exterior brasileiro e que refletisse sua importância e grandeza. Um concurso foi lançado pelo Ministério das Relações Exteriores no intuito de escolher um projeto para a construção do novo prédio que abrigaria seus acervos (Castro, 2009).

O certame foi organizado pelo Instituto Central dos Arquitetos do Rio de Janeiro e aberto a concorrentes nacionais e estrangeiros. Dos oito projetos inscritos, o vencedor foi aquele de autoria do arquiteto escocês Robert Prentice e do austríaco Anton Floderer. O edifício de 1906 foi demolido e em seu lugar ocorreu a construção do novo Prédio da Biblioteca. Ele ficou a cargo da empreiteira dos engenheiros Pedro Latif & Cesar Mello e Cunha e a decoração interna sob os cuidados da renomada firma Laubishc & Hirth (Sousa-Leão, 1942). As janelas e portas pré-fabricadas em ferro e bronze vieram da Grã-Bretanha; as instalações metálicas dos arquivos dos Estados Unidos, o piso, o sistema de ventilação e o maquinário de desinfecção vieram da Alemanha. A ideia era a de fazer das novas instalações de arquivo do Itamaraty uma referência, um símbolo de modernização e racionalidade administrativa, algo que coroasse a gestão de Mangabeira. As obras se estendem entre 1927 a 1929 (Conduru, 2013).

A inauguração do novo prédio ocorreu em 14 de agosto de 1930, em meio à crise política derivada da eleição de março de 1930. Estava presente à cerimônia o presidente Washington Luís, seus ministros e diversas autoridades nacionais e estrangeiras. Todos ouviram os longos discursos e passearam por salões decorados que mesclavam padrões neoclássicos e barrocos (Sousa-Leão, 1942).

Além das mudanças no próprio edifício, adotou-se um novo conjunto de mobiliários, materiais de escritório, livros de escrituração, formulários impressos, cadernetas de passaportes e outra centena de pequenos elementos cotidianos tudo dentro dos elevados padrões da Casa *Harrison & Sons, Ltd.* de Londres. Neste

espírito, mesmo os suportes de documentos não ficaram de fora. Intensificaram-se as atividades no sentido de transformar peças documentais em códices ou volumes por meio da encadernação em capa dura – resistentes e reforçadas – a gravação de emblemas e monogramas nas lombadas e douramento de suas bordas (Castro, 2009), de modo que formasse nas estantes um conjunto orgânico e harmonioso.

Tal procedimento, por outra parte, buscava estandardizar manuscritos em suportes de diferentes proporções, diversas idades, graus distintos de conservação, assim como diferentes níveis de alcalinidade. Nesse processo, trechos de documentos foram perdidos, folhas foram dobradas em pontos importantes do texto impedindo a leitura, papéis com alcalinidades diferentes foram oxidando-se mutuamente. Apesar da nobreza das intenções, muitos destes procedimentos contribuíram irremediavelmente para a agilização da degradação dos acervos e na perda ou incompletude de informações importantes.

A marcha no sentido de adequar o arquivo ao seu novo e suntuoso depósito prosseguiu durante as décadas de 1930 e 1940. Para conceber as novas capas e folhas de guarda que protegeriam os códices, convidaram o *design* português, em ascensão na época, Fernando Correia Dias. Seu estilo *Art Déco* com reminiscências indígenas, criou um padrão que mesclava elementos geométricos e ondas que em muito se assemelhava ao padrão utilizada pelas cerâmicas policrômica amazônicas da Ilha do Marajó. Tal fato era um investimento no *design* com uma finalidade que transcendia a sua função utilitária de proteger os códices, mas como um elemento da imagem institucional, uma projeção, uma representação de nação que deveria ser veiculada tanto para o público interno quanto, principalmente, para os estrangeiros que a ele tiverem acesso (Granafei, 2019; Scoz & Maynards, 2019).

Washington Luís caiu em outubro de 1930, assim como o chanceler Octávio Mangabeira. Os esforços do ministério a partir de então passa ser a obtenção do reconhecimento do governo Vargas pelas principais potências internacionais (Fausto, 2012). A construção do novo prédio monumental para os acervos, além de adequar a estrutura física do ministério às novas exigências organizacionais e técnicas do século XX, pode ser entendida dentro de um processo mais amplo que inseria a própria diplomacia brasileira nos planos de transformação do espaço urbano da então capital federal: o chamado Plano Agache¹ (Conduru, 2013).

¹ O Plano Agache foi uma proposta de intervenção urbana na cidade do Rio concluído em 1930, que introduziu questões típicas da cidade industrial: como o planejamento do

Este apego aos padrões estéticos tradicionais além de passarem ao largo de movimentos artísticos e culturais tipicamente nacionais em voga naquele momento – como a Semana de Arte Moderna de 1922 – simbolizavam um apego ao ecletismo de sabor romântico subjugado ao *copismo* estilístico esgotado em pastiches que pretendia concretizar a fantasia parisiense nos trópicos; ilusão típica das oligarquias da República Velha (Mello, 2014).

Todo este esforço histórico em prol da construção e melhoria das condições físicas do edifício que abrigaria os acervos do Itamaraty entre o século XIX e XX refletem o modo como os registros documentais eram compreendidos e os diferentes papéis desempenhado por eles no decorrer deste período. Inicialmente vistos como recursos estratégicos que serviam como diferencial competitivo diante de opositores poderosos – legitimando a tradição pacifista brasileira pelo uso de uma argumentação sofisticada e do Direito Internacional. Passaram a servir como um monumento à construção da nacionalidade e a trajetória do próprio Ministério das Relações Exteriores. Os sucessivos esforços em prol de se construir prédios cada vez mais suntuosos para abrigá-los e mesmo no investimento no sentido de incrementar as peças documentais materialmente são meios pelos quais se buscavam realçar esta monumentalidade (Le Goff, 1990).

Com a criação institucional do Arquivo Histórico do Itamaraty, pelo Decreto-Lei nº 4 422, de 30 de junho de 1942, passa-se a valorizar o valor secundário dos documentos, porém dentro de uma concepção historicista/positivista. Por serem entendidos como testemunhas oculares da história das relações exteriores brasileiras, seu acesso era tão restrito e dependente da discricionariedade governamental que a maior parte do acervo permanecia inacessível ao público externo.

Todas as transformações, tanto nos modos de gerenciar os acervos quanto na construção de diferentes edifícios, o expressam como uma projeção. Ao mesmo tempo, representam uma ideia de país ao qual as elites governamentais sempre almejavam, são narrativas próprias da história da política externa brasileira e do papel do Itamaraty e seus agentes em todo esse processo. A construção do novo edifício para abrigar os acervos na década de 1930 e os esforços no sentido de adorná-lo e torná-lo um conjunto estruturado e elegante demonstram

transporte de massas e o abastecimento de águas, a habitação operária e o crescimento das favelas. AGACHE, Alfred. Prefeitura do Distrito Federal. Cidade do Rio de Janeiro: extensão, remodelação, embelezamento. Organizações projectadas pela Administração Antonio Prado Junior. Paris: Foyer Brésilien, 1926-1930.

o interesse dos seus gestores em fazer dele uma das principais representações da memória organizacional.

Desta forma, a trajetória dos acervos documentais se confunde com a história do Brasil independente, com a trajetória do próprio Itamaraty, assim como dos diferentes edifícios que o abrigaram. Ao mesmo tempo, reforça a imagem institucional de sofisticação e excelência projetadas pelo serviço exterior brasileiro: o modo como geriu seus acervos o apresenta como uma instituição diferenciada frente as demais instituições da república. Seu investimento em patrimônio material e documental é uma projeção daquilo que ele pretende realçar da própria história, das memórias institucionais que pretende enfatizar e as lembranças as quais pretende esquecer.

Quanto a invasão britânica à ilha de Trindade em 1895, o serviço exterior brasileiro serviu-se dos registros da Biblioteca Nacional e do então Arquivo Público Nacional (Arquivo Nacional) para o fornecimento de dados e informações que endossassem o posicionamento brasileiro. Os negociadores brasileiros, com o auxílio da diplomacia portuguesa, obtiveram o reconhecimento da posse brasileira por parte do governo britânico em julho de 1896 (Kämpf, 2016). Episódios como estes demonstram o quanto que a criação, manutenção e expansão dos acervos documentais influenciou na condução da política externa brasileira em diferentes períodos de sua história. De recurso estratégico na condução da política externa a lugar de memória do Itamaraty, ele é hoje um patrimônio de todos os brasileiros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Adonias, I. (1984). *O acervo e documentos do Barão da Ponte Ribeiro. Livros, manuscritos e mapas: centenário da sua incorporação aos arquivos do Ministério das Relações Exteriores (1884-1994)*. Ministério das Relações Exteriores.
- Almeida, J. R. de. (1998). *Arquivo Histórico, Biblioteca e Mapoteca do Ministério das Relações Exteriores no rio de Janeiro. Memorando do Chefe do Escritório Regional do Rio de Janeiro para o Ministro da Cultura Pedro Tadei*. Mimeo.
- Arquivo Histórico do Itamaraty (1830-1918). 843/1 *Fundo arquivístico Antônio Jansen do Paço. 1830-1918*.
- Arquivo Histórico do Itamaraty (1902). 811/1 *Carta de Joaquim Maria da Silva Paranhos Júnior – Barão do Rio Branco – para Frederico Abranches de 02 de agosto de 1902*.
- Arquivo Histórico do Itamaraty (1909-1918). L201 M3.491. *Obras no edifício do Itamaraty. Ação proposta contra a Fazenda Nacional, pela viúva do Engenheiro Bezzi para a cobrança de obras realizadas no MRE. 1909-1918*.

- Arraes, V. C. (2002). A presença britânica na ilha da Trindade: a reação do Parlamento Brasileiro. *Revista de informação legislativa*, (38)153, 241-253.
- Barroso, G. (1968). *História do Palácio Itamaraty*. Ministério das Relações Exteriores.
- Bourdieu, P. (2011). *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. (11ª ed.). Papirus.
- Bueno, C. (2012). Rio Branco e a política internacional de sua época. In M. G. Pereira (Ed.), *Barão do Rio Branco: 100 anos de memória*. (pp. 253-291). Funag.
- Carvalho, A. (1995). *Rio Branco: sua vida e sua obra*. Biblioteca do Exército.
- Carvalho, J. M. de (1990). *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. Companhia das Letras.
- Carvalho, J. M. de. (2008). *A construção da ordem: a elite política imperial*. Teatro de sombras: a política imperial. (4ª Edição). Civilização Brasileira.
- Castro, F. M. de O. (2009). *Dois séculos de história da organização do Itamaraty (1808-2008)*. (Vol. 1). Fundação Alexandre de Gusmão.
- Cheibud, Z. B. (1984). *Diplomacia, diplomatas e política externa: aspectos do processo de institucionalização do Itamaraty*. Dissertação de Mestrado. IUPERJ.
- Conduru, G. F. (2013). *O Museu Histórico e Diplomático do Itamaraty: História e revitalização*. Fundação Alexandre de Gusmão.
- Costa, E. V. da. (1990). Introdução ao estudo da emancipação política. In C. G. Mota (Ed.), *Brasil em perspectiva*. (19ª ed.) (pp. 64-123) Difel.
- Couture, C & Rousseau, J-Y. (1998). *Os Fundamentos da Disciplina Arquivística*. Dom Quixote.
- Decreto n.º 12.997 (1918). *Dá novo o regulamento a Secretaria de Estado das Relações Exteriores*. Presidência da República Secretaria-Geral, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Recuperado em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D12997.html
- Farias, R. de S. (2018). *Estrangeiros e Guerra: um ministério na corte joanina*. O Arquivo Nacional e a História Luso-Brasileira. Recuperado de <http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=2403&sid=182>.
- Fausto, B. (2012). *História do Brasil*. (14. ed.). EDUSP.
- Ferreira, M. C. (2007). O Mapa das Cortes e o Tratado de Madrid: a cartografia a serviço da diplomacia. *Varia Historia*, (23),27, 51-69.
- Fundação Alexandre de Gusmão (2021). *Legações e embaixadas do Brasil*. FUNAG.
- Gabler, L. (2013). *A Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e a consolidação das relações exteriores no Brasil*. Arquivo Nacional.
- Garcia, E. V. (2005). *Cronologia das relações internacionais do Brasil*. (2. ed. rev., ampl. e atualizada). Fundação Alexandre de Gusmão.

- Granafei, H. (2020). *Dois palácios em três tempos*. Ministério das Relações Exteriores. Recuperado em <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/expo-desenhando/18637-dois-palacios-em-tres-tempos>.
- Jardim, J. M. (1999). *Transparência e opacidade do estado no Brasil: usos e desusos da informação governamental*. UFF.
- Kämpf, M. N. (2016). *Ilha da Trindade: a ocupação britânica e o reconhecimento da soberania brasileira (1895-1896)*. FUNAG.
- Kappaun, A. de O. & Santos, V. C. dos (2011). *A interação entre a política interna e a política externa: a teoria dos jogos de dois níveis e os temas sociais na política externa brasileira*. 3º Encontro Nacional ABRI 2001. ABRI.
- Lázaro, M-T. (2000). *Os arquivos do Itamaraty: a renovação da memória diplomática*. Tese de CAE. Ministério das Relações Exteriores. Instituto de Rio Branco.
- Le Goff, J. (1990). *História e memória*. Editora da UNICAMP.
- Magnoli, D. (1997). *O corpo da pátria – imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. Moderna.
- Mello, F. A. O. (2014). *Cataguases e suas modernidades*. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília.
- Ministério das Relações Exteriores (1897). *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores General Dionísio E. de Castro Cerqueira em 14 de maio de 1897*. Imprensa Nacional.
- Ministério das Relações Exteriores (1902). *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores Dr. Olyntho de Magalhães em 09 de maio de 1902*. Imprensa Nacional.
- Ministério das Relações Exteriores (1928). *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado das relações exteriores. Anno de 1927. Exposição. (1º Vol.)*. Imprensa Nacional.
- Ministério das Relações Exteriores (1930). *Archivos, bibliotheca e mappotheca do Ministério das Relações Exteriores aos delegados do IVº Congresso Pan-Americano de architectos*. Ministério das Relações Exteriores.
- Ministério das Relações Exteriores (2004). *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado das relações exteriores compreendendo o período decorrido de 28 de maio de 1902 a 31 de agosto de 1903*. Rio de Janeiro, RJ: Imprensa Nacional.
- Paranhos Júnior, J. M. da S. (2012a). *Obras do Barão do Rio Branco IV: questões de limites Guiana francesa segunda memória*. Fundação Alexandre de Gusmão.
- Paranhos Júnior, J. M. da S. (2012b). *Obras do Barão do Rio Branco V: questões de limites exposições de motivos*. Fundação Alexandre de Gusmão.
- Rodrigues, J. H. (1964). *Brasil e África: outro horizonte. (2. ed. rev. e aum.)*. Civilização Brasileira.

- Santos, L. C. V. G. (2018). *Juca Paranhos: o Barão do Rio Branco*. Companhia das Letras.
- Schwarcz, L. M. (2002). *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa a Independência do Brasil*. Companhia das Letras.
- Scoz, J. C. & Maynardes, A. C (2019). Karl Heinz Bergmiller e o Palácio Itamaraty. *Anais do 13º Congresso Pesquisa e Desenvolvimento em Design*, (6)11, p. 60-80.
- Seckinger, R. (1978). O Estado brasileiro e a política externa no século XIX. *Dados*, (19), 111-133.
- Sousa-Leão, J. de. (1942). *Palácio Itamaraty: resenha histórica e guia descritivo*. Imprensa Nacional.
- Varnhagen, F. A. de. (2019). *História da Independência do Brasil*. FUNAG.
- Wilcken, P. (2005). *Império à deriva: A corte portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821*. Objetiva.
- .